



Urbano-Rural Sustentável em Revista | 2

SUSTENTABILIDADE DO SOLO | A FLORESTA

# MOVIMENTOS DE CIDADÃOS, UMA NOVA FORÇA DA FLORESTA

- O uso sustentável do solo
- Ações de Reflorestação
- Jornadas e Manifestos
- Voluntariado e Guardiões



**CIDADANIA FLORESTAL**  
Caminho faz-se caminhando

FÓRUM DAS  
OPURTUNIDADES  
URBANO - RURAIS  
**Sessão em Amarante**



# ÍNDICE

|   |    |
|---|----|
| A revista em revista                        | 3  |
| <b>TEMA CENTRAL</b>                         |    |
| Sustentabilidade do solo                    | 4  |
| <b>DOSSIÊ</b>                               |    |
| A Floresta                                  | 8  |
| Movimentos de cidadãos                      | 15 |
| Reportagem em Folgoso                       | 19 |
| Entrevista a Rodrigo Oliveira – SOS Arganil | 24 |
| <b>REFLEXÃO</b>                             |    |
| Cidadania florestal                         | 31 |
| <b>ACONTECIMENTOS</b>                       |    |
| Oficina Inforural em Amarante               | 33 |

## FICHA TÉCNICA

### PROPRIEDADE

CNJ - Confederação Nacional dos Jovens  
Agricultores e do Desenvolvimento Rural  
SEDE: Tapada da Ajuda 1349-018 Lisboa,  
NIPC 504936832  
Inscrição na ERC 126188

### DIRECTOR

Luis Saldanha Miranda

### DIRECTOR – ADJUNTO

Carlos Alberto Franco

### COORDENADOR EDITORIAL

Carlos Valentim Ribeiro  
Edição e secretariado  
Caixa de Mítos, Lda

### DIRECÇÃO E REDACÇÃO

Praça da Alegria n.º 6, 2.º Dto., 1250-004 Lisboa  
Telefone: 213 153 137 - 963 402 242  
914630395 - 933 531 050  
Linha Verde: 800 100 107  
Fax: 211 550 860  
geral@cnjap.pt  
www.cnjap.pt

### COLABORAÇÃO NESTA EDIÇÃO

Maria de Lurdes Cravo, Victor Louro, Rita Serra  
Nuno Forner, Paulo Lucas, Isabel Silva, Tânia  
Araújo

### FOTOGRAFIA

Miguel Ribeiro  
Cedência de fotos Montepio Geral - RS  
MC Serra da Estrela Viva  
GAF Gouveia  
Victor Louro

### Reportagem

Reuniões e eventos Carlos Ribeiro

### DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO

Nuno Granjo, Paula Lopes c/apoio de Sofia Pepe

### IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Soluções TI e Artes Gráficas

### Tiragem 5000 exemplares

Todos os artigos assinados são da responsabilidade dos autores, não coincidindo necessariamente com as opiniões da Direcção da CNJ. É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Os artigos da Revista AGRI são escritos de acordo com as opções dos seus autores no que ao Acordo Ortográfico diz respeito.

### A PUBLICAÇÃO DA REVISTA AGRI É

co-financiada pelo PDR2020.



# A REVISTA EM REVISTA



## A revista no terreno **MOVIMENTOS** em acção!

**CARLOS RIBEIRO**  
COORDENADOR EDITORIAL DA AGRI

Crescem como cogumelos e são particularmente activos. Os movimentos de cidadãos em torno da floresta estão aí para ficar. Sim, a causa da floresta não parece ser só conjuntural nem assumir apenas contornos de moda. Trata-se de uma dinâmica social que se estrutura a partir de uma diversidade muito ampla de temas e de razões que vão do político ao sentido mais profundo da existência e da relação com a natureza. O catalisador desta operação situa-se numa esfera de envolvimento tipicamente portuguesa que tem mais a ver com o coração do que com a razão: uma mistura complexa de amizade, de generosidade, de partilha, mas também de receio face ao futuro, de condenação implícita da actuação de terceiros e de rebate de consciência face à gravidade do acontecido e do que potencialmente poderá vir a acontecer.

Nem todos chegaram agora, só porque Pedrógão gritou mais alto. São até, alguns deles, veteranos de causas ambientais e da floresta. Mas uma coisa é certa a experiência de uns compensa a ousadia de outros e o conjunto das acções experimentais de intervenção local deram um bom sinal: de mobilização, de eficácia e de impacto positivo nos territórios. Muitas das acções vão agora ter continuidade numa fase pós-incêndios que o tempo indispensável para que as condições que a natureza determina ficassem reunidas. Uma nova vaga de energia voluntária vai chegar com a primavera. Já amanhã.



# Sustentabilidade do solo

## Destques

- O solo é a camada da crosta terrestre (cerca de 10 cm), interface entre a terra, o ar, a água e a biosfera.
- O solo desempenha uma importante função no fornecimento de serviços ambientais.
- Em conjugação com as alterações climáticas, o mau ordenamento do território, a sobre-exploração de áreas para produção agrícola e pastagem, a desflorestação, as inundações, os incêndios florestais que ocorrem de forma recorrente e a implementação de práticas de regadio insustentáveis são alguns dos principais fatores de degradação dos solos e promotores de desertificação.
- Importa compatibilizar os critérios de eficiência racional, económica e social, valorizando a agricultura, a floresta e em simultâneo a manutenção de elevados níveis biodiversidade e de qualidade do solo.
- Os desafios, que se colocam à agricultura e à silvicultura, tal como a vemos hoje, industrializada, intensiva e ineficiente no consumo de recursos é insustentável.
- A produção ao nível florestal deve orientar-se para o conceito da floresta de uso múltiplo, com uma forte componente em espécies autóctones.





# O uso sustentável do solo

MARIA DE LURDES CRAVO  
Associação Zero

O solo é a camada da crosta terrestre (cerca de 10 cm), interface entre a terra, o ar, a água e a biosfera, constituída por partículas minerais, matéria orgânica, água, ar e organismos vivos onde se desenvolvem e concretizam complexos processos naturais para o desenvolvimento das plantas e suporte de inúmeros seres vivos. Podem existir centenas de milhares de espécies de micro e macroorganismos muitas das quais ainda desconhecidas.

O solo não é um mero elemento físico da paisagem. É um recurso que se forma muito lentamente (cerca de 1 cm em cada 100 anos) e que em poucos minutos se pode degradar ao ponto de, à escala humana, não ser renovável como recurso.

## SERVIÇOS AMBIENTAIS

O solo desempenha uma importante função no fornecimento de serviços ambientais, nomeadamente como reservatório de carbono, reciclagem de nutrientes orgânicos, conservação da água, controle da erosão, produção de biomassa, suporte das atividades humanas, fonte de matérias-primas, preservação da paisagem e equilíbrio ecológico.

Em conjugação com as alterações climáticas, o mau ordenamento do território, a sobre-exploração de áreas para produção agrícola e pastagem, a desflorestação, as inundações, os incêndios florestais que ocorrem de forma recorrente e a implementação de práticas de regadio insustentáveis são alguns dos principais fatores de degradação dos solos e promotores de desertificação.

## QUALIDADE DO SOLO

O atual modelo económico, à escala local e global, que não tem em conta os limites da biosfera, a regeneração das infraestruturas ecológicas e a valorização da biodiversidade, não incentiva, nem contribui para a coesão territorial e social.

No país, cerca de 80% dos recursos naturais, dependem do solo e de tudo o que este produz ou pode produzir. O desenvolvimento de atividades humanas não deve assentar na economia de mercado com vista à rentabilização máxima dos recursos naturais que suportam essas atividades, mas sim, na compatibilização de critérios de eficiência racional, económica e social, valorizando a agricultura, a floresta e em simultâneo a manutenção de elevados níveis biodiversidade e de qualidade do solo.

## A AGRICULTURA DE FUTURO

Os desafios, que se colocam à agricultura e à silvicultura, tal como a vemos hoje, industrializada, intensiva e ineficiente no consumo de recursos é insustentável. A agricultura de futuro deve orientar-se no sentido da produção de culturas mais adaptadas ao clima e às características específicas do solo, com práticas que promovam o aumento da componente orgânica e manutenção da diversidade do solo, privilegiando a auto eficiência alimentar e os recursos biológicos endógenos, não esquecendo a necessidade de um ajuste entre as dietas humanas e uma agricultura que copie e otimize os processos ecológicos que ocorram nos ecossistemas naturais.

## FLORESTA DE USO MÚLTIPLO

A produção ao nível florestal deve orientar-se para o conceito da floresta de uso múltiplo, com uma forte componente em espécies autóctones, que para além de serem mais resilientes aos incêndios, permitam a exploração económica, e em simultâneo forneçam diversos serviços de ecossistemas, tais como o sequestro do carbono, o controle da erosão, armazenamento de água, refúgio de biodiversidade, o fornecimento de materiais e alimentos e sejam locais de recreação e lazer.

A Criação de centros piloto de ciência, próximos das populações, em regiões fragilizadas, podem contribuir com o conhecimento para demonstrar diferentes formas tanto de reconstituição como de uso sustentável do solo nas práticas agrícolas e na preservação dos ecossistemas.

# 60% DOS SOLOS ESTÃO FORTEMENTE DEGRADADOS E PÔEM EM RISCO A BIODIVERSIDADE DO PLANETA

No dia 17 de março abriu a sexta sessão da plataforma intergovernamental ciência e política sobre biodiversidade e sobre os serviços de ecossistêmicos (IPBES), uma espécie de GIEC dos seres vivos na terra. Trata-se de uma ocasião para mais de 750 especialistas estudarem um novo e alarmante estudo sobre a degradação do solo do planeta que hospeda 25% da vida na terra.

A Plataforma IPBES foi fundada em 2012. Naquela ocasião, cientistas, especialistas e decisores de 128 países reuniram-se numa cimeira da biodiversidade atendendo à situação de emergência pelo facto do planeta estar a assistir a uma extinção maciça de espécies. O fórum é realizado em Medellín, na Colômbia e o seu objetivo é avaliar os danos na fauna e flora e recomendar soluções para deter aquela tendência negativa.

A grande marca desta cimeira foi a publicação em 24 de Março de um relatório de uma gravidade sem precedentes sobre a degradação do solo em todo o planeta. Trata-se de um primeiro grande trabalho internacional sobre o assunto, "Este é um campo de estudo que tem dificuldades em emergir nos debates porque ele surge limitado aos trabalhos da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e do GEIC e, para além do mais é apenas estudado segundo o prisma restricto do clima", lamenta Héléne Soubelet, diretora do FRB que recorda que as agressões são múltiplas: erosão, assentamento, desertificação, acidificação ...

## Um fator de migração

Os principais resultados dos estudos ainda estão embarcados, mas os primeiros números provocam calafrios nas costas. Um terço dos solos do planeta está "moderadamente a altamente degradado e, portanto, inutilizável para a agricultura". De uma forma geral, 60% estão em mau estado. Ora o nosso subsolo alberga cerca de 25% da biodiversidade do planeta através de bactérias, fungos, vermes, insectos, ácaros ... "precisamos de uma mudança fundamental das práticas (...) por exemplo a lavoura é uma atividade muito destrutiva, contrariamente ao que imaginámos ao longo dos tempos, geração após geração. Lavra a terra tem como consequência provocar um substrato morto", explica Héléne Soubelet.

O relatório adverte, globalmente, para uma queda na fertilidade e uma quebra nos rendimentos agrícolas, devido ao

declínio da biodiversidade do solo. "Representa actualmente um custo de 40 mil milhões de dólares por ano e esse número vai piorar rapidamente", afirma o FRB. Além disso, essas degradações, como as mudanças climáticas, são um importante fator de migração. Hoje, 1,5 bilhão de pessoas vive em terras altamente degradadas. entre eles, estima-se que 26% terão que migrar devido às colheitas cada vez mais fracas.

A França enviou uma delegação de cerca de trinta especialistas para Medellín. "Da mesma maneira que tive em relação ao GEIC para o clima, espero eu venhamos a ter um impacto imediato sobre os decisores dos assuntos do planeta", adiantou Jean-François Silvain, presidente da fundação para a pesquisa sobre a biodiversidade (FRB). A missão dos emissários tricolores é "Garantir que a mensagem da França fique contemplada no relatório final", explica Agnès Halloserie, secretária científica do comité francês do IPBES.

## Metade das espécies ameaçadas

"A França quer levar esta política sobre a biodiversidade tão longe quanto possível devendo esta constituir o quadro mínimo para as negociações futuras", acrescenta a especialista. A questão também é política. Paris, como outros países membros, recusa que os relatórios finais mencionem soluções rejeitadas pela França. Por exemplo, proteger a biodiversidade requer a redução do uso de pesticidas. Para alguns, a alternativa mais simples é o uso de organismos geneticamente modificados, uma solução que a França rejeita.

## Metade das espécies em perigo

Poucos dias antes da reunião do IPBES, o World Wildlife Fund (WWF) publicou um estudo sobre a biodiversidade alarmante em colaboração com as universidades de East Anglia (Reino Unido) e James Cook (Austrália). De acordo com esta universidade, a +4,5 °C de aquecimento em comparação com a revolução industrial, 48% das espécies provavelmente desaparecerão no nível local. este risco é apenas reduzido a metade se o aumento da temperatura média estiver contido em + 2 ° c, o limite estabelecido no Acordo de Paris adotado em 2015.

Fonte: New Ethic, tradução e tratamento do texto por Carlos Ribeiro





# A FLORESTA



# Uma iniciativa a pensar no país

Cidadãos, dos meios académicos e da intervenção política e social, querem políticas públicas integradas no combate aos incêndios e na gestão da floresta.

Na fase mais acalorada da procura de culpados e da condenação purificadora na praça pública de alguns bodes expiatórios ou de vítimas de circunstância em matéria de incêndios, uma iniciativa de reflexão e de proposta, marcada por preocupações estruturais e com o objectivo de contribuir verdadeiramente para a resolução dos problemas foi levada a efeito tendo culminado com um encontro em Coimbra que produziu um Manifesto visando uma verdadeira integração das políticas públicas no combate aos incêndios e na gestão da floresta.

A iniciativa colheu a adesão de vários cidadãos, alguns dos meios académicos, que têm em comum a experiência de trabalharem, estudarem e pensarem a sociedade portuguesa dando especial atenção às questões dos territórios, da floresta, da agricultura familiar, do desenvolvimento dos espaços rurais, da administração pública e da responsabilidade social e política. Em suma, daqueles que se interessam pela coesão económica e social, isto é, pela coesão territorial.

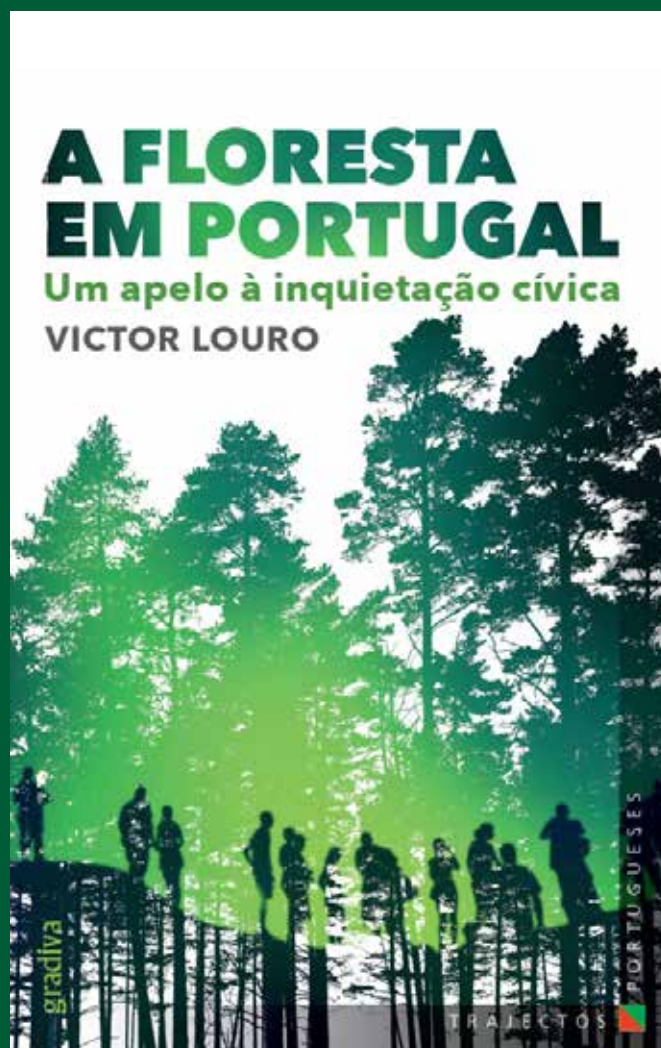
## Vieses estruturais continuados

E tomaram a iniciativa para potenciarem a consciência da ligação entre a tragédia dos incêndios e a fragilização e deslaçamento de grande parte do espaço nacional, dos seus modos de vida e das economias que aí existem. O estado a que se chegou é fruto de vieses estruturais continuados: se queremos evitar novas catástrofes, temos de os identificar e corrigir, e integrar preocupações reais como as alterações climáticas.

Não há viabilidade para os territórios se não houver pessoas. Por isso as políticas públicas têm de adoptar metodologias que tenham em conta a percepção dos problemas por parte das pessoas que vivem neles, desde a sua concepção até à avaliação dos resultados. As populações não podem continuar a ser meros destinatários das políticas.

## Cuidar e valorizar os ecossistemas argoflorestais

As características da floresta, pela sua extensão no território e pela pequena dimensão dominante das propriedades exige medidas de reorganização através do fomento de formas de gestão agrupada e que valorizem a multifuncionalidade. A floresta não pode dissociar-se do ambiente de que depende a nossa vida. Cuidar e valorizar os ecossistemas argoflorestais passa por melhor aproveitamento das potencialidades dos diversos tipos de espaço atentas as necessidades das populações e promover as espécies nativas e a diversidade.



Victor Louro, um dos subscritores do Manifesto, é autor de A Floresta em Portugal



A agricultura familiar tem um papel fundamental na vida dos territórios rurais. Contudo ela não pode continuar a ser tida por economicamente inviável – o erro desse pensamento fatal é querer avaliá-la à luz de critérios que não atendem ao seu valor económico global, uma vez que ela gera valias e serviços que não são tidos em conta nos critérios clássicos de avaliação, nomeadamente o juro e a rentabilidade. Para ser um factor de desenvolvimento, com a necessária melhoria da produção e das condições de vida dos agricultores e suas famílias, ela carece de apoios financeiros (que se têm concentrado nas grandes e médias explorações), mas também de instituições que promovam a inovação adaptada às suas condições concretas e assegurem a sua transferência como acontece em muitos outros países, nomeadamente europeus.

### Assumir intervenções territorialmente integradas

O PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território tem sido, apesar da unanimidade do Parlamento, sistematicamente ignorado ou contrariado. A ordem territorial que ali se estabeleceu foi sibilamente substituída por outra, sem discussão nem legitimidade. Para que se possa ficar a viver e a trabalhar em economias que o próprio território e a sua população organizam, é indispensável fortalecer a malha urbana e articular as infraestruturas, olhar para os espaços que habitualmente designamos rurais e vê-los como lugares onde se pode viver, desenvolver a produção e a valorização dos seus recursos e dos seus habitantes, assumir a importância de haver interlocutores políticos de escala regional e não apenas municipal ou intermunicipal, reconfigurar a administração pública para que ela própria exista para o território e para agir em nome dele.

Múltiplas mudanças na organização e na vocação dos serviços desconcentrados desfizeram a proximidade necessária e a organização de competências técnicas e profissionais em sedes institucionais de base regional. O Estado não pode apenas descentralizar missões difíceis. Tem ele próprio de assumir intervenções territorialmente integradas, e coordenar a níveis adequados as ações relevantes. É neste contexto que podem ser bem estabelecidas e reforçadas, a articulação e a maior cooperação entre o Governo e as Câmaras Municipais, assim como com os diferentes actores e agentes do desenvolvimento regional.

É nesta base integrada, que articule o país inteiro, que se pode valorizar cada território – as cidades médias, os espaços rurais e florestais, as indústrias – e as suas populações. Isso obriga a mudanças profundas, exigindo um papel ativo do próprio Estado, que tem de estar presente, não se podendo limitar a um papel de reparação ou de simples compensação. Ou seja, não bastam as alterações constantemente propaladas (como é o caso dos subsídios à agricultura, por exemplo).

### Olhar para o território português como um todo

A posição que defendemos difere de outras que olham para o problema isolando o chamado Interior. Percebendo esta lógica, entendemos que, pelo contrario, se deve olhar para o território português como um todo, organizando e promovendo a valorização das suas diferenciações regionais através de soluções adaptadas às suas especificidades.

Com esta iniciativa tem-se conseguido a difusão dos seus princípios e propostas, tanto em encontros de discussão, como nas redes sociais e em artigos de opinião e participação em programas de rádio e televisão. E encontros com membros do Governo. Reconhecemos a dificuldade de romper com os pensamentos simplistas com base em aspectos parciais das realidades – mas é neste caminho que persistimos!





# Pensar o país inteiro

## Incêndios, territórios e fragilidade econômica e social

**Uma visão estratégica, combativa e operacional que adianta propostas concretas para uma mudança de rumo que deve ser assumida pelo Estado. Este, por sua vez, na administração do território deve apoiar-se nos atores políticos e nas populações locais numa relação de coresponsabilização e de complementaridade.**

**As palavras-chave em torno das quais se organizam as referências centrais da mudança preconizada pelo autores do Manifesto “Pensar o país inteiro” :**

### CONVICÇÃO

os incêndios que têm flagelado o país (em particular os deste ano de 2017) exigem uma tomada de consciência clara da ligação entre a tragédia e a crescente fragilização e deslaçamento de grande parte do espaço nacional, dos seus modos de vida e das economias que aí existem.

### LONGO PRAZO

**intervir perante a urgência com sentido de longo prazo** exige-se, além das medidas reparadoras de carácter imediato, a ação reformadora de tempo mais longo, orientada para a correção de vieses estruturais locais passíveis de solução e para a adaptação a alterações de alcance global, nomeadamente climáticas.

### PESSOAS

**não há solução sem haver pessoas**

as políticas públicas têm de usar em todo o seu ciclo (da concepção à avaliação) metodologias de ação que tenham em conta a perceção dos problemas por parte dessas pessoas e que interpretem as resistências como sinais de alerta para detetar e prevenir efeitos negativos de que não se tem consciência.

### ORGANIZAÇÃO FLORESTAL

**reorganizar a produção florestal**

as prioridades de políticas públicas resultam muito precisas, designadamente as que reorganizem a produção florestal através do fomento de formas de gestão agrupada e que valorizem a multifuncionalidade dos espaços florestais apoiando os produtores que se or-

ganizem nesse sentido. A esta finalidade devem afetar-se verbas do Fundo Florestal Permanente, através de contratos-programa de médio prazo (sujeitos a avaliação independente).

A isto deve juntar-se a resolução dos estrangulamentos legais que permitem a eternização das heranças indivisas e de formas de divisão da propriedade dificultadoras da gestão ativa dos terrenos; assim como instrumentos de natureza legal, fiscal e outros que evitem situações, judicialmente comprovadas, de propriedades cujos donos são desconhecidos ou, se se conhecem, têm comportamentos que prejudicam esse esforço coletivo.

### AGRICULTURA FAMILIAR

**agricultura familiar sustentável, base produtiva de territórios vivos**

a agricultura familiar tem relevante expressão social, económica e territorial, representa 97% do número total das explorações, ocupa 56% da Superfície Agrícola Utilizada (SAU), tem 42% do Valor da Produção Total (VPT) e peso muito expressivo nas Beiras, Trás-os-Montes, Minho e Algarve, regiões que perderam população e conhecimento profissional e técnico e, onde se registaram as maiores áreas ardidas.

A situação atual é de rotura, não sendo possível encontrar soluções viáveis com o modelo dominante de desenvolvimento baseado na grande exploração – política que privilegiou cerca de 3% das explorações existentes (as de grande dimensão económica) onde se concentra a maior parte dos investimentos e dos apoios aos produtores.

Existem alternativas, como bem o demonstram regiões de outros países europeus, onde, com base em financiamento público, se investiu em inovação e investigação aplicada, na oferta de inovações técnicas e institucionais adaptadas a essas explorações. A questão é eminentemente política e é a este nível que se pode e deve encontrar a solução, pois está em causa a repartição dos financiamentos públicos, dos investimentos, dos pagamentos aos produtores e dos mo-



delos de organização territorial e setorial para apoio ao desenvolvimento.

## BENS ESSENCIAIS

**A floresta, o ecossistema vital e a valorização ambiental** precisamos de uma floresta que assegure equilíbrio entre a função económica de produtividade silvícola e a conservação dos múltiplos recursos que formam o nosso ecossistema vital. São bens essenciais e muitos serviços que não valorizamos: a qualidade do ar, a água, o solo que é o substrato da vida

## ALDEIAS

### programa integrado de apoio às aldeias

Propomos um programa integrado de apoio às aldeias, cada uma delas entendida como uma comunidade; a adoção de novos modelos de governação, formal e informal, que aproximem as decisões públicas das pessoas e que propiciem soluções mais integradas para os problemas específicos destes espaços socio-territoriais; uma aposta persistente na sensibilização e formação das comunidades para a prevenção das situações de risco; um compromisso pela edificação de uma outra floresta, apoiada em novos modelos de silvicultura, na conversão em paisagens diversificadas e na valorização dos matos e incultos; a valorização energética da biomassa. Importa transferir conhecimento e estimular a inovação nos espaços rurais, tendo por base novas produções, novos modelos e técnicas produtivas e uma base comercial mais justa para os respetivos produtos e serviços.

## DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

### Refazer um território nacional deslaçado

as comunidades rurais, as pequenas aglomerações urbanas e até as cidades médias tornaram-se objetos esquecidos da política pública, que se refugiou em meras medidas de descentralização para a escala municipal ou intermunicipal.

Para que se possa ficar a viver e a trabalhar em economias que o próprio território organiza e desenvolve é necessário fortalecer a malha urbana e articular as infraestruturas, olhar para os espaços que habitualmente designamos rurais e vê-los como lugares onde se pode desenvolver a produção e a valorização dos seus recursos e dos seus habitantes, assumir a importância de haver interlocutores políticos de escala regional e não apenas municipal ou intermunicipal, reconfigurar a

administração pública para que ela própria exista para o território e para agir em nome dele. Chama-se a isto, desde há muito, desenvolvimento integrado.

## ESTADO INTERVENTIVO

### Uma administração para o território

a administração pública está hoje mais desligada do território e dos seus problemas. Múltiplas mudanças na organização e na vocação dos serviços desconcentrados desfizeram a proximidade necessária e a organização de competências técnicas e profissionais em sedes institucionais de base regional. Prevaleceu a ideia de que à política pública bastava pôr recursos financeiros a circular, difundir princípios e normativas (em geral de natureza europeia), e definir as condicionalidades a que os atores devem obedecer para serem "elegíveis" ou excluídos.

O Estado não pode apenas descentralizar missões difíceis. Tem ele próprio de assumir intervenções territorialmente integradas, fixar competências e capacidades institucionais, definindo-se os níveis apropriados (NUTS II ou NUTS III) de coordenação das ações relevantes

16 Novembro 2017

**Agostinho Carvalho**, Prof. Universitário (Jubilado); **A-mérico Carvalho Mendes**, Prof. Associado Católica Porto Business School; Presidente Associação Florestal do Vale do Sousa; **António Covas**, Prof. Universidade Algarve; **António Louro**, Presidente Forum Florestal; **Armando Carvalho**, Engº Florestal; Helena Freitas, Profª Universidade Coimbra; ex-Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior; **João Guerreiro**, Prof. Universidade Algarve; **José Castro Caldas**, Investigador Centro Estudos Sociais (UC); **José Portela**, Prof. UTAD (Aposentado); **José Ramos Rocha**, Engº Agrónomo; Gestor de empresas; **José Reis**, Prof. Faculdade Economia (UC); antigo Presidente CCRC; **Manuel Brandão Alves**, Prof. ISEG (UL) (Aposentado); **Pedro Bingre Amaral**, Prof. Insituto Politécnico Coimbra; Pedro Espanha, Investigador Centro Estudos Sociais (UC); **Victor Louro**, Engº Silvicultor; antigo Presidente Comissão N. Combate à Desertificação.



# MOVIMENTOS





# Movimentos e organizações promotoras de iniciativas cidadãs em favor da floresta

Os Jardins, as Ruas, as Praças e os Becos  
O GAF – Grupo Aprender em Festa fortalece ligações nas comunidades locais de Gouveia

O Grupo Aprender em Festa (GAF) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sediada no concelho de Gouveia, distrito da Guarda. Em 1989, um grupo de profissionais, de diferentes áreas (educação, saúde, jurídica), tomou a iniciativa de fortalecer a ligação entre escolas, famílias e a comunidade local. Deste movimento resultou a constituição desta instituição oficialmente, em Janeiro 1993, como IPSS com a qualificação de pessoa coletiva de utilidade pública.

## OBJETIVOS

- > Apoio a crianças e jovens, a promoção da saúde e bem estar das famílias;
- > Intervenção com públicos vulneráveis e em risco de exclusão social;
- > Promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens;
- > Educação dos/as cidadãos/ãs e o desenvolvimento comunitário através de atividades lúdicas e de animação com crianças e jovens, visando promover o seu desenvolvimento, consciência crítica e responsabilização, em articulação com o processo educativo.





# X fórum da cidadania - floresta

Promovido pelo GAF e pelo CERVAS em parceria com o Município de Gouveia

A preocupação relativamente à floresta, após os incêndios de outubro, reuniu na Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira várias entidades locais com responsabilidade na área florestal e do ordenamento do território que prestaram informações e alguns esclarecimentos sobre as ações levadas a efeito, nomeadamente, as candidaturas para apoiar as pessoas lesadas e para intervir, de imediato na floresta visando estabilização das encostas e limpeza junto às linhas de água.

Percebeu-se que existe a necessidade de tornar mais clara e convergente a comunicação entre entidades locais. Por outro lado, a burocracia que estes processos acarretam revela-se um forte bloqueio à execução das ações necessárias em tempo útil, devido aos tempos desfasados com a realidade e as necessidades do território.

## Desresponsabilização da Administração Central

Há um forte sentimento de desresponsabilização quanto à administração central que coloca em cima dos municípios o ónus das intervenções, sem associar o pacote financeiro necessário para as concretizar.

Debateu-se ainda a complexa teia de entidades oficiais responsáveis que tardam em dar resposta e até fornecer o mínimo de linhas de orientação acerca do processo de reflorestação.

## Exigência de uma estratégia concertada

Convidadas a moderar o debate, Rita Serra (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra) e Maria de Lurdes Cravo (ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável), apontaram algumas ideias a considerar na construção de uma estratégia mais concertada entre todos/as.

## Mapear para agir

Verifica-se a necessidade de mapear de forma colaborativa propriedades, responsabilidades, pessoas isoladas e utilizadores da floresta no concelho. Por outro lado, pensar numa floresta de uso múltiplo que acompanhe o ritmo da natureza, que tenha em conta as alterações climáticas e que inclua as pessoas e os seus recursos.

## Um projeto comum

Outras sugestões dadas pelos/as presentes apontaram para iniciativas com a finalidade de unir a população e as organizações locais em torno de um projeto comum, num novo modelo de governação definido de forma participativa e colaborativa para fazer face aos desafios futuros.

## Recomendações

Outras recomendações apontaram para a criação de uma bolsa de voluntariado para ações de estabilização e regeneração de solos e ainda para controlo de infestantes. Indicaram também a necessidade de realizar petições e pressionar o Estado central para responder às necessidades urgentes. Nas iniciativas públicas recomenda-se ainda que seja dada visibilidade a problemas menos falados como por exemplo a falta de comunicações.

Esta iniciativa promovida pelo GAF Gouveia – Cidadania e o CERVAS – Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens/ Associação ALDEIA teve como entidade parceira, o Município, e pretendeu ser um primeiro momento de encontro, entre outros que se irão realizar para debater o tema.







# Guardiões da Serra da Estrela

Os Guardiões da Serra da Estrela são uma Plataforma Cívica para a Recuperação da Sustentabilidade dos Ecossistemas da Serra da Estrela que foi criada em Agosto de 2017, através de um grupo do Facebook, após os grandes incêndios que afectaram, uma vez mais, a montanha mais alta de Portugal continental.

O objectivo geral deste grupo de cidadãos e cidadãs é contribuir para a conservação dos valores naturais da Serra da Estrela através da participação cívica e voluntária em acções de recuperação, melhoria ou manutenção dos habitats endógenos desta montanha organizadas por este grupo ou por outras organizações e instituições locais.

Uma das primeiras acções desta plataforma cívica foi o lançamento de um Manifesto (disponível em <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT86805> e já subscrito por mais de 400 pessoas) que transmitisse os princípios e as reivindicações deste grupo de cidadãos e a sua visão para o desenvolvimento da sustentabilidade dos valores naturais e culturais da Serra da Estrela, nomeadamente:

uma participação ativa das comunidades na gestão dos espaços naturais, uma informação que volte a descer à base da pirâmide, um modelo de desenvolvimento do Parque Natural que tenha como principal preocupação a recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas autóctones da Serra da Estrela, a responsabilização das entidades competentes.

Sendo esta uma plataforma de participação dos cidadãos e cidadãs no processo de recuperação dos ecossistemas da Serra da Estrela, as acções que foram sendo desenvolvidas a partir deste primeiro momento surgiram de propostas e ideias dos Guardiões que foram participando nos vários encontros e momentos (presenciais e digitais) de partilha de ideias e de vontades, e para isso foram sendo criados grupos de trabalho em torno dessas ideias e propostas. Com estes grupos de trabalho e com a Bolsa de Voluntariado que foi criada e que já conta com mais de 100 voluntários e voluntárias inscritos, foram muitas as acções promovidas e muitas as iniciativas onde os Guardiões estiveram envolvidos, como se concluiu no balanço feito no último Encontro Geral de Guardiões que teve lugar na Mata Nacional da Covilhã.

Mas mais do que o envolvimento na organização e/ou realização de acções de voluntariado ambiental para recuperação das áreas ardidas ou de ecossistemas degradados na Serra da Estrela, um dos principais objectivos dos Guardiões da Serra da Estrela é contribuir para a concertação do esforço das entidades e associações existentes numa estratégia comum, para a recuperação ambiental da Serra da Estrela e contribuir para o ensaio de novas metodologias de gestão de espaços naturais, na busca de um re-equilíbrio entre a exploração humana e suas necessidades primárias, a recuperação dos habitats naturais e a sua sustentabilidade. Por isso, os Guardiões tem procurado a articulação com todas as entidades locais com intervenção nestas matérias (privilegiando sempre a organização de iniciativas em parceria com as entidades locais ou procurando potenciar e/ou colaborar com as iniciativas das entidades que já estão no terreno) e promover a partilha de informação e o debate em torno das questões e das metodologias de sustentabilidade ambiental e do território.

Sendo a partilha do conhecimento e da informação com as pessoas, foi criada no website dos Guardiões uma Biblioteca em construção permanente e colectivamente por todos os que quiserem contribuir, mas também se pretende futuramente organizar iniciativas que permitam levar este conhecimento, nomeadamente de metodologias de gestão sustentável do território já testadas noutros locais, para discussão em proximidade com as comunidades do território da Serra da Estrela, particularmente com as das zonas rurais, numa lógica de levar o conhecimento "à base da pirâmide" como princípio defendido no Manifesto dos Guardiões, pois a mudança que se pretende rumo à sustentabilidade não pode fazer sem as pessoas!

Mais informações em:

WEBSITE: <https://guardioesse.wixsite.com/guardioesestrela>

Canal YOUTUBE: [https://www.youtube.com/channel/UC-x4aejXORGOKP6Z9ukwgJw/featured?view\\_as=subscriber](https://www.youtube.com/channel/UC-x4aejXORGOKP6Z9ukwgJw/featured?view_as=subscriber)

Grupo no Facebook: <https://www.facebook.com/groups/1952657961688486/>

## FOLGOSINHO Não Desistimos!

Subimos uns quantos quilómetros a pique até uma curva combinada na estrada. Dali partia um caminho de terra que levava ao topo da Serra, enquanto o alcatrão prosseguia o seu serpentear de hesitações à volta do monte, em busca do lugarejo seguinte. Encostámos junto a um murozito de pedras e ligámos ao nosso contacto da Folgonatur.

Que nos viesse salvar que a partir dali já o nosso carro de cidade, habituado às finezas do piso sintético, de nada nos valeria. Mal desligámos o telefone e já o Hugo ali estava, ao volante de uma 4x4. Não foi passe de mágica, é que esta terra vive agora num estado de urgência permanente e não havia tempo a perder para levar a cabo a acção de reflorestação prevista para aquela manhã e que reunia colaboradores da Caixa Montepio oriundos de todo o país. Há pressa em sarar as feridas abertas pelo inferno que por aqui passou no último Verão, em cobrir de novo a serra com o seu manto verde.

Seguimos a toda a velocidade e, à medida que subíamos, o piso de terra ia-se tornando mais de lama do que de pedra, o ar ficava menos translúcido como convém à sua natureza e mais branco, opaco, impenetrável, o que ainda assim víamos da paisagem era tudo negro, calcinado, rabiscos desenhados a carvão por uma divindade louca. O frio colou-se-nos na pele e tornou inconcebível imaginar que qualquer atividade humana pudesse desenrolar-se ali, num ambiente tão inóspito, desolador. Um leve cheiro a cinza velha pairava no ar.

Mas em breve, por entre a neblina, surgiram os primeiros carros parados na beira do caminho e estes transformaram-se logo depois numa grande massa colorida de veículos estacionados em redor de um outeiro. Parámos também e, já a pé, fomos descobrir naquela cumeada uma massa de gente que, indiferente ao frio, trabalhava afincadamente para deixar naquele chão duro de geada e de torrão, não apenas um pequeno rebento de pinheiro, não apenas uma esperança de árvore por enraizar, mas uma afirmação, uma certeza transformada em palavras, um grito dito do alto da montanha para todo o Portugal ouvir: **Não Desistimos!**



# Quando vi esta catástrofe escrevi um poema e chorei baba e ranho. Fiquei louco, eu e metade da freguesia.

Estas confissões de Costa Leite, o mutualista militante e um dos dirigentes da Folgonatur, associação que nos acolheu na serra por ocasião da acção de reflorestação em Folgosinho, deram o mote para uma conversa marcada pela emoção e pela informalidade. O grupo constituiu-se rapidamente, o António Esteves Tadeu – Presidente da Folgonatur, o Hugo Teixeira – Presidente do Conselho Directivo do Baldio de Folgosinho e o Ivo Costa que nos tinha largado momentos antes na neblina da serra depois de um percurso atribulado na valente 4x4 que nos trouxe da aldeia até à área de intervenção.

O grupo da meia centena de participantes na iniciativa era maioritariamente composto por voluntários de três entidades associadas ao Montepio Geral: a Caixa (banco), a Lusitânia Seguros e a Associação Mutualista. Oriundos de vários pontos do país, com destaque para a Região do Porto, todos vieram com uma profunda convicção de estar a contribuir para uma operação cujo valor simbólico é particularmente relevante para as populações locais mas também para eles próprios atendendo aos valores convergentes da solidariedade e da protecção ambiental.

Quando o manto de neblina se dissipou por uns momentos, pela acção inesperada de um vento forte que afastou nuvens e nevoeiro, os mais experientes alertaram: vai durar uns segundos mas pode-se trabalhar de forma mais eficaz e isso vale por uma hora de trabalho.

A primeira troca de impressões sobre o grupo de voluntários remeteu-nos para a associação mutualista, empresa mãe do grupo Montepio, que fomenta de forma enérgica este tipo de acções no quadro das políticas internas de Responsabilidade Social. As T-shirts e os bonés laranja destacavam-se na paisagem aparentemente nocturna.

Esta parceria com a Folgonatur surge pois como perfeitamente natural e reforça o quadro de actividades daquela associação que se dedica principalmente à floresta.

Para muitos dos voluntários não se tratava de pisar terreno virgem já que as ligações à floresta por via do desporto existem de longa data. As sucessivas participações em trailers, corridas, BTT e caminhadas, algumas delas ligadas à prática desportiva da Orientação, formaram este tipo de voluntários nas tarefas de cuidar da floresta. Aqui o cuidar surge como muito concreto porque na marcação



**Hugo Teixeira,**  
Presidente do Conselho Directivo do Baldio de Folgosinho

dos trilhos, por exemplo, é habitual que os invasores indesejados e clandestinos como os frigoríficos, os colchões, os resíduos de obras sejam, encontrados um pouco por todo o lado.

Na verdade, afirma Costa Leite, quando acabam estes eventos na floresta ela fica mais limpa do que na fase inicial, quando chegam os organizadores e posteriormente os participantes.

Hugo Teixeira aproveitou para ilustrar este tipo de comportamento contra o ambiente com a informação da existência de um serviço de recolha de monos na Câmara Municipal de Gouveia que pode ser accionado através de uma linha telefónica directa mas que é solicitado de forma muito irregular.

Este tema da educação ambiental estabeleceu uma ponte com um projecto da Folgonatur, que António Esteves quis em boa hora destacar, uma iniciativa de reflorestação com miúdos para promover a pedagogia da floresta junto dos mais novos.

E com este tipo de actuações, abertas a todos os grupos etários, consegue-se assegurar uma continuidade à acção da associação que precisa de consolidar a sua intervenção com a participação dos seus associados.

“Vamos introduzir o conceito de marca nas acções que serão realizadas regularmente como é o caso do Plantar no ENTRUDO. Serão 4 iniciativas anuais com esse carimbo de regularidade que facilitará a sua memorização e criará hábitos de organização e programação aos voluntários que queiram participar, adiantou António Esteves partilhando com os restantes uma profunda preocupação sobre a dinâmica futura da associação.

Outra preocupação na participação dos associados nas iniciativas da Folgonatur surgiu pela voz de Hugo Teixeira que relembrou a importância da aprendizagem colectiva nas questões da vida em comum e das tradições comunitárias locais.

“Muitas pessoas não sabiam o que era um baldio. Não tinham o mínimo de noção das suas origens e muito menos do seu funcionamento. Como é possível existir um bem que pertence a todos e não pertence a ninguém? Explicar o que é um comparte e os benefícios que pode ter, mas também os seus deveres e responsabilidades perante os outros. Ou seja, uma abordagem formativa para a gestão colectiva e



**Costa Leite,**  
bancário e militante mutualista

comunitária de bens comuns. Muitas pessoas vieram descobrir estas especificidades locais pelo facto de se envolverem nas actividades da Folgonatur” pormenorizou Hugo Teixeira que está profundamente envolvido na temática dos baldios a nível local mas também noutras escalas de âmbito regional e nacional. Aproveitou para lembrar que a participação dos compartes nas suas estruturas de gestão é apesar de tudo razoável com a presença de 20 a 30 pessoas nas assembleias.

“Quando pensámos em criar a Folgonatur tivemos receio de estar a replicar as funções do baldio numa nova associação. Mas no encontro para a sua constituição estiveram presentes mais de duzentas pessoas e percebemos logo que a dinâmica da floresta era forte e que ia muito para além dos objectivos específicos dos baldios” lembrou António Esteves.

“As duas casam bem. São complementares” rematou Costa Leite.

Hugo Teixeira relança o tema dos projectos que estão em agenda e adianta que a intenção de criar uma Sociedade de Gestão Florestal vai ser concretizada: “As ZIF são grandes sorvedoras de dinheiro e apresentam resultados lastimáveis. A Folgonatur faz em meio ano o que uma ZIF faz em dez. Faremos na SGF o que a lei indica, ou seja, criaremos um fundo comum que facilite as operações de investimento e de cooperação. Para além disso vamos recuperar 700ha de floresta que servirão principalmente para conservação e vamos incentivar iniciativas de silvo-pastorícia com



rebanhos comunitários nos 300 há de baldio. Finalmente iremos arborizar 110 ha recorrendo a fundos do PDR 2020, vamos apresentar uma candidatura nesse sentido” concluiu o engenheiro florestal que nestas abordagens acaba sempre por mobilizar as suas competências nos domínios da gestão dos baldios, da dinamização associativa e por fim na vertente mais profissional ligada à Câmara Municipal de Gouveia. “Aqui as azinheiras têm dois metros e meio de altura, adaptam-se ao terreno e a um solo de baixa espessura (10cm). É por isso que gosto de me encostar a uma delas quando vou à caça. São-me familiares, aliás como a serra. O importante é cuidarmos dela. É que o que procuramos fazer, em solidariedade e em espírito comunitário”.

Quando regressámos ao centro da aldeia assistimos ao reencontro de todos os participantes e entrega de certificados aos voluntários das três unidades do Montepio. O ambiente era agora de festa. A manhã tinha exigido esforços acrescidos e o repouso impunha-se.

Folgosinho tinha alcançado mais uma vitória pelas mãos das mulheres e dos homens que não desistem da serra e da floresta.

Texto e entrevistas Carlos Ribeiro, AgriMagazine

Fotos Miguel mMrques Ribeiro

**António Tadeu** (Presidente da direcção da Folgonatur), **Costa Leite** e **Hugo Teixeira**





## FOLGOSINHO CADA UM DEVE FAZER A SUA PARTE

FERNANDO HENRIQUES  
Presidente da Junta de Freguesia de Folgoso

“É muito positivo este movimento que envolve rapazes e raparigas da terra. Sabemos que estas acções de reflorestação servem para minimizar os efeitos nefastos dos incêndios. Não resolvem os problemas de fundo, mas cada um tem que fazer a sua parte. Por exemplo o Estado tem que cuidar da madeira queimada de forma rigorosa. Nós na Junta faremos tudo o que estiver ao nosso alcance”





# VOLUNTARIADO DO MONTEPIO TEM HINO CRIADO PELOS COLABORADORES

O Grupo Montepio tem deixado nos últimos anos a sua marca nos territórios, nas populações locais, nas organizações do terceiro sector e nas pessoas que contactam regularmente com as inúmeras actividades dinamizadas no âmbito do voluntariado corporativo e da responsabilidade social das organizações. É essa dinâmica que tem expressão numa peça musical que as vozes enérgicas dos voluntários transformaram em hino e em símbolo colectivo.



A ideia força promovida pela Associação Mutualista- Montepio Geral, entidade detentora de todas as empresas que constituem o Grupo, é a de um voluntariado activo e criativo que reforce os laços entre todos os colaboradores e que simultaneamente lance sementes de solidariedade na sociedade portuguesa. Para dinamizar as acções nas diversas áreas que constituem os pilares da responsabilidade social no âmbito do voluntariado – social, ambiental, protecção do animal e cultural- um Gabinete especializado utiliza e divulga um conjunto de ferramentas que fazem parte do Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio tais como:

- um Guia de Voluntariado que é entregue a todos os voluntários inscritos no portal do voluntariado;
- um Portal do Voluntariado;

- um curso E-learning de voluntariado, disponível para todos os colaboradores do grupo Montepio;

Desde 2012 o Programa de Voluntariado Corporativo do Grupo Montepio é constituído por um conjunto de subprogramas de voluntariado coletivo e de competências. Este ano foi lançado o desafio a 35 entidades do terceiro sector, parceiras assíduas das acções do Montepio para a celebração de um protocolo de colaboração, proposta que foi prontamente aceite por todas as organizações convidadas. É possível que para o ano a iniciativa seja estendida a mais 25 entidades do sector.

Orgulhoso por ser a primeira entidade a receber o Selo de Qualidade em Gestão de Programas de Voluntariado atribuído pela Confederação Portuguesa de Voluntariado, a principal e mais representativa entidade do voluntariado social em Portugal, o Grupo Montepio envolve, dos cerca de 4.000 Colaboradores, 1.800 que estão inscritos na base de dados do voluntariado. Estes dados revelam uma das maiores relações percentuais em organizações portuguesas, entre número de colaboradores versus número efetivo de voluntários.

Carlos Ribeiro

(baseado em José Resende / Gabinete de Responsabilidade Social do Montepio)





# ESTES MOVIMENTOS DE CIDADÃOS SURGIRAM PORQUE AS PESSOAS PERDERAM A CONFIANÇA NO ESTADO E PORQUE A CATÁSTROFE TEVE DIMENSÕES DRAMÁTICAS.

**RODRIGO OLIVEIRA** 36 anos, designer, residente em Arganil preside à **SOS ARGANIL**, associação criada no rescaldo dos incêndios de Outubro 2017. Assume-se como resistente do mundo rural tendo sempre trabalhado e residido na sua terra de origem.

Trabalhou por conta de outrem numa empresa durante 11 anos mas agora conduz o seu próprio projecto empresarial no qual investe a esmagadora maioria do seu tempo.

Dinamiza as actividades da Associação sempre que lhe é possível contando para o efeito com a colaboração dos res-

tantes membros dos órgãos sociais que sendo voluntários comparecem principalmente ao fim-de-semana.

Admite na sua reflexão sobre a participação de tantos voluntários de origem urbana nas iniciativas da associação que as pontes entre o rural e o urbano assumem uma importância relevante na actual fase de desenvolvimento do país. Da sua experiência com os voluntários da associação a que preside, que são maioritariamente oriundos das áreas urbanas, retira a utilidade na existência de uma plataforma de actividades regulares para todos aqueles que visitam Arganil por razões ocasionais.





**Rodrigo Oliveira (RO)** – Importa promover uma ligação mais activa entre o rural e o urbano. Apercebo-me que para a maior parte dos voluntários que realizam acções de reflorestação e de apoio às vítimas dos incêndios, cada vez é mais importante fazer a ligação entre o rural e o urbano. As pessoas que vivem nas grandes cidades têm uma ideia completamente errada do mundo rural. Chegam com preconceitos, com aquelas ideias feitas, mas depois de conhecerem querem regressar quase todos os fins-de-semana. Não ficarão cá a viver todos os dias, mas poderão vir cá de forma muito mais regular. Para isso importa criar atractivos que os traga para o lado de cá. Algo que os prenda. Um projecto que os ligue e que os force a cá vir. Uns influenciam os outros. Agarando uma pessoa depois ela acaba por trazer outros".

**Carlos Ribeiro (CR)** – Já percebemos que há aqui uma participação de pessoas com perfis muito diversificados. Como é que foi possível juntar estes voluntários e criar uma associação como a SOS Arganil?

**RO** – A SOS foi criada graças ao voluntariado. Nasceu com um grupo de amigos, três ou quatro, depois passou para associação com 13 elementos nos corpos sociais e agora tem mais de duzentos inscritos nas bases de dados. Maioritariamente são de Lisboa e Porto e de outras grandes cidades.

**CR** – Nos últimos tempos, em diversos pontos do país, têm surgido movimentos de cidadania sobretudo a partir de acções relacionadas com a floresta. Actividades de prevenção, de reflorestação e de apoio à gestão da propriedade colectiva como é o caso dos baldios. Conhecemos a tradição associativa das colectividades, das filarmónicas, das sociedades recreativas e culturais. Mas verificamos que estão a emergir novas formas de associativismo que pouco têm a ver com as modalidades tradicionais. Como é que surgem estes movimentos?

**RO** – Estes movimentos surgem porque as pessoas pensavam que o Estado lhes dava todo o apoio, toda a segurança, mas verificaram que isso não é verdade. Em Pedrógão e nos incêndios de Outubro isso ficou claro. Por instinto decidiram juntar-se e fazer por elas próprias o que verificavam que o Estado não conseguia fazer.

**CR** – Mas então estamos perante uma atitude de condenação informal do Estado pelos cidadãos atendendo ao incumprimento das suas obrigações?

**RO** – É mais de desconfiança. As pessoas acreditam cada vez menos nos políticos e contrapõem a esse facto a sua capacidade de realizar o que desejam através de movimentos de cidadãos. À pergunta "Quem resolve isto?" a respos-



ta surge cada vez mais do lado dos cidadãos organizados e menos das estruturas formais.

E, para além do mais, houve a dimensão da tragédia. Foi enorme. Nunca algo deste género tinha acontecido. Isso influenciou muito a decisão das pessoas em fazerem o que fizeram e estão a fazer. Acharam que se não fossem elas, mais ninguém o faria."

**CR** – E o que dizem uns aos outros para cativar, envolver, mobilizar para a causa?

**RO** – A mensagem que passamos é a da credibilidade. Há aqui um pós-Pedrogão. Houve movimentos em Pedrogão que actuaram mas não souberam dar resposta ao que foi chegando tais como os donativos, as doações e os diversos recursos que ficaram no estaleiro e não chegaram às populações que necessitavam deles.

A existência de entidades que não cumpriam o que afirmavam, revoltou as pessoas. E o pós-Pedrogão aqui é exactamente isso: em vez de se entregar coisas a entidades, quem quis oferecer foi entregar às pessoas necessitadas. Pegaram nos carros e foram às aldeias directamente fazer as entregas.

A credibilização é conseguida pela actuação desta forma limpa saindo ainda reforçada através de uma informação precisa e concreta dos actos de doação que são divulgados nas Redes Sociais. Nesta matéria informativa contamos com a colaboração da comunicação social local.

**CR** – A actividade da SOS Arganil limita-se aos temas da floresta ou têm outros planos para a acção local?

Na semana passada fomos ao Estádio da Luz através da Fundação Benfica. Uma criança vítima dos incêndios entrou em campo com os jogadores e foi uma alegria. É esta parte social e emocional que também nos motiva e que vamos querer ampliar no futuro.

Também queremos uma maior ligação a empresas e a entidades com abertura às pessoas.

Temos agora um projecto com uma entidade de Lisboa, a Just Exchange, que reabilita edifícios e organiza campos de trabalho.

**CR** – O voluntariado como base única de auto-organização e de resposta por parte da associação poderá constituir-se como uma fragilidade. Dependem de voluntários é sempre algo de inseguro e complicado em termos de organização.

**RO** – Teremos que pensar em formas complementares ao voluntariado e ter pessoas mais permanentes na associação. Esse assunto tornar-se-á incontornável dentro de algum tempo.

**CR** – A metodologia de "ir directamente junto das pessoas" é muito forte. Conversar com elas, estabelecer laços sociais. Pensam enriquecer estas abordagens de alguma forma?

**RO** – "Eu adoptei aquele casal" dizem alguns que regularmente visitam pessoas nas aldeias. Isto significa que as ligações são intensas. Importaria reforçar essas interacções com iniciativas favoráveis ao desenvolvimento da pequena economia local.

Os incêndios deram uma grande machadada na economia de várias famílias. Muitas hortas foram arrasadas. Mas seria bom que aqueles que vêm agora às aldeias pudessem habituar-se a comprar produtos de base local.

Uma oportunidade para estes movimentos de cidadãos se consolidarem nos territórios poderia ser a promoção de interacções também de base económica. Muitas pessoas voltaram a comprar a sua base alimentar, nomeadamente os frescos, em pequenos espaços comerciais em alternativa às grandes superfícies comerciais. O passo seguinte poderia ser uma articulação programada entre ações de voluntariado e de cidadania activa nas zonas rurais e a compra de produtos locais, promovendo a pequena economia local e reforçando simultaneamente hábitos de alimentação saudável.





# REFLORESTAÇÃO NOS BALDIOS DA CARRAGOZELA



o **BOSQUE DA MEMÓRIA** está localizado nos baldios da Carragozela (Seia) e resultou de uma ação de reflorestação promovida pelo Movimento de Cidadãos Por Uma Estrela Viva, em parceria com a União de Freguesias de Carragozela e Várzea de Meruge. Conta com cerca de 300 árvores (carvalho-alvarinho, castanheiro, sobreiro...) certificadas pelo ICNF e constitui a primeira fase de um novo espaço de lazer que irá nascer nos baldios de Carragozela, uma das zonas do concelho afetadas pelos incêndios do passado 15 de outubro. Um espaço que se pretende por todos fruível, um bosque que é de todos e para todos e que pretende simbolizar a memória do passado e a esperança no futuro, bem como a determinação coletiva na construção desse futuro.

Vamos trabalhar em conjunto por um futuro verde e risonho para as gerações vindouras, **VAMOS MANTER VIVA A NOSSA MONTANHA!**



# Florestação de áreas ardidas com espécies autóctones

NUNO FORNER E PAULO LUCAS

Numa altura em que surgem muitos movimentos organizados de cidadãos que tentam efetuar a recolha de sementes e programar plantações, com o objetivo de contribuir para a recuperação da floresta autóctone nas áreas afetadas pelos incêndios, a ZERO propõe um conjunto de recomendações, por forma a contribuir o sucesso destas iniciativas. Considerando a elevada susceptibilidade dos solos à erosão nas áreas ardidas, antes de se fazer qualquer sementeira/plantação deve-se estabilizar os solos para tentar facilitar a infiltração da água da chuva, utilizando técnicas de engenharia natural, como a instalação de barreiras contra a erosão utilizando a madeira queimada, a utilização de restos de madeira estilhaçada para cobrir o solo ou fazer sementeiras de plantas herbáceas autóctones de rápido crescimento.

## As dez recomendações ZERO

- 1.** A recolha de sementes e a produção de plantas deve garantir o cumprimento da legislação em vigor. Existem 48 espécies florestais de certificação obrigatória, entre as quais; a azinheira, o sobreiro ou o carvalho-alvarinho, que só podem ser colhidas em bosquetes e povoamentos certificados, de forma a garantir não só as características genéticas das futuras plantas, assim como diminuir o risco de alastramento de pragas, doenças e propagação de espécies exóticas. Antes de uma ação de recolha de sementes, deve ser o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas a garantir esta prática.
- 2.** Na recolha de sementes devem seguir-se as boas práticas de colheita e manuseamento, nomeadamente no que se refere à época para a recolha de cada uma das espécies, assim como ao seu acondicionamento e processamento. Deve consultar o Guia Técnico – Regras para o manuseamento de sementes florestais.
- 3.** Há que ter em atenção que as ações de arborização e re-arborização devem cumprir a legislação em vigor, pelo que antes de programar uma ação de plantação há que obter informação junto do ICNF, dos Gabinetes Técnicos Florestais dos Municípios onde se pretende efetuar a intervenção, ou das Associações de Produtores Florestais dessa região.
- 4.** É importante garantir que as plantas utilizadas são de origem nacional, e preferencialmente resultantes de sementes e estacaria recolhidas nas proximidades da área a intervir, garantindo que à partida são plantas mais adaptadas às condições de terreno e clima e com maior probabilidade de taxa de sucesso. Selecionar as espécies segundo as condições da área em termos de disponibilidade de água e características do terreno, na zona sul do país preferindo espécies mais adaptadas a condições de secura como a azinheira ou o sobreiro, na região centro e norte optando por diversas espécies de carvalho, consoante a disponibilidade de água e a altitude. Junto às linhas de água, optar por espécies como o freixo, o amieiro (apenas para linhas de água com caudal permanente) e o salgueiro.

- 5.** Garantir que na preparação do terreno, as intervenções são feitas segundo a curva de nível com o mínimo de mobilização do solo, de forma a prevenir problemas de erosão e consequente perda de solo nos períodos de maior pluviosidade.
- 6.** Proceder à distribuição das plantas no terreno de uma forma o mais natural possível, utilizando várias espécies que possam resultar na criação de um bosque natural e diverso.
- 7.** Garantir que nos anos seguintes à plantação de existir ações de substituição de árvores e arbustos que não sobreviveram (retancho), já que a mortalidade das plantas nos primeiros anos é muito elevada.
- 8.** Sempre que possível, deve ser aproveitada a regeneração natural com ações de poda e condução de plantas, dado que o trabalho feito pela própria natureza é à partida uma garantia de sucesso das plantas que germinaram ou regeneraram naturalmente.
- 9.** Prever a eventualidade de ser necessário proceder à rega das plantas nos períodos mais secos do ano, com vista a melhorar a taxa de sobrevivência das plantas instaladas no terreno.
- 10.** Optar por ações de sementeira e/ou plantação em terrenos públicos e comunitários (Baldios), que garantam o acompanhamento e manutenção a médio prazo.





# Internacional | França

## Bourgs em transição

Organizar uma jornada para debater e agir sobre as alterações climáticas e relançar a floresta

*"Estamos a perder a batalha contra as alterações climáticas! Todos devemos agir porque todos teremos que prestar contas!"* Assim falou o Presidente da República, terça-feira, 12 de dezembro de 2017 na Cimeira sobre o Planeta.

Desde a famosa COP 21 (Acordos de Paris 2015), com a qual recuperámos um pouco de esperança, não conseguimos reduzir nossas emissões de gases de efeito estufa. O que conseguimos foi aumentá-las !!!

Não queremos esse futuro miserável

Ninguém tinha visto verões tão secos, tão quentes. Ninguém jamais tinha visto o rio Ardèche com um fluxo tão miserável por tanto tempo. Ninguém jamais havia visto o lago Issarlès tão baixo. A desregulação do clima não atinge todas as regiões com a mesma intensidade. No que a nós diz respeito, Jean Jouzel (vice-presidente do IPCC) anunciou claramente, durante o verão de 2017, temperaturas de 50 °, para os próximos anos ... Insuportável, já sofremos muito ao nos aproximarmos tão frequentemente dos 40 °.

Não conhecemos um país próspero com esses climas (além dos países produtores de petróleo). Nós, muito menos nossos filhos, não queremos esse futuro miserável.

Ainda podemos fazer alguma coisa: se houver muitos gases de efeito estufa, devemos parar de emitir e neutralizar o que foi emitido. Verificamos, infelizmente, que não podemos, num futuro imediato, reduzir as emissões, pelo menos vamos tentar neutralizar o máximo possível.

### **O armazenamento de dióxido de carbono**

As principais opções de armazenamento de dióxido de carbono são oceanos e florestas. Uma árvore consome quase o dobro do seu peso de dióxido de carbono (e outros poluentes) e libera oxigênio e água. E estas não são suas únicas qualidades:

- Elas são plantas de purificação de ar reais, reduzem ou até mesmo eliminam a poluição do ar,
- Regulam o clima: menos quentes, menos frios, menos secos, provocam a chuva, mas evitam as inundações e a erosão do solo.
- Elas fazem o solo, a fertilidade e são os aliados mais valiosos dos camponeses,
- Elas são as farmácias mais eficazes que pode haver.

Se resumirmos brevemente: elas dão-nos acesso ao beber, ao respirar e ao comer num ambiente estético, agradável, saudável e confortável. É precisamente isso que, com os outros animais, precisamos.

### **O diagnóstico é arrasador**

Não podemos, infelizmente, afirmar que tivemos uma actuação em conformidade com as necessidades acima mencionadas: durante o século XX, destruímos mais de 80% das florestas do mundo. De acordo com uma investigação recente, é preciso reafirmá-lo de novo, infelizmente, os 20% restantes encontram-se em muito mau estado para desempenhar seu papel de armazenamento de carbono, é até o contrário que acontece ... O diagnóstico é arrasador.

### **Reflorestar as zonas rurais**

Se todos nós fizermos um esforço, provavelmente evitaremos o pior. Importa reflorestar as zonas rurais através de campanhas maciças. A nossa região tem a sorte de não ser muito densamente povoada e pode, portanto, fornecer espaços para o desenvolvimento de novas florestas ou o crescimento das existentes. Mas teriam que ser novas florestas cuja madeira capturaria dióxido de carbono! Não lenha para queimar cuja combustão devolveria todo o CO2 armazenado à atmosfera com a agravante de novos poluentes.

### **Um Festival da Árvore**

Para atingir este objetivo, desejamos organizar para todos os públicos, profissionais e representantes eleitos, um Festival da Árvore com as principais partes interessadas para informar, convencer e possibilitar o reflorestamento massivo de nosso espaço vital:

# Cidadania Florestal: o caminho faz-se caminhando?

**RITA SERRA**

Investigadora do CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Depois dos incêndios de 2017, em muitos lugares de Portugal não é possível abraçar uma árvore sem se ficar enegrecido. E no entanto, é impossível não pensar no movimento Chipko que inspirou tantos ambientalistas, a abraçar as árvores para impedir o seu abate. A falta desse espaço entre os braços parece estar a motivar o desejo de o preencher rapidamente, para tirar o queimado da pele, da boca e da vista, e os cidadãos multiplicam-se em esforços mais ou menos consistentes para que uma nova paisagem apareça. Mas o que pode a cidadania fazer para recuperar as florestas em Portugal? Neste texto problematizo o que poderia ser entendido como cidadania florestal no contexto português, e traço um roteiro de pontos obrigatórios para uma cidadania crítica em relação aos usos e ocupações do solo.

A cidadania diz respeito à qualidade de ser cidadão, e o cidadão vive em cidades. Desde Aristóteles, o estatuto de cidadania era fundamental para participar no governo da cidade. É uma pré-condição essencial para operar a democracia, o governo por muitos, onde o governo não é delegado na mão dos mais virtuosos, mas na massa de pessoas que têm o direito a decidir coletivamente o seu destino. As lutas pelo direito à cidadania são por isso lutas pelo território, pelo direito a decidir o destino do chão que pisam. Mas a floresta não é uma cidade. Do latim *forestis*, significa precisamente estar de fora. O governo de fora da cidade não era feito pelos cidadãos, mas sim por todos aqueles excluídos do conceito de cidadania, que constituem os seus múltiplos outros. Por um lado, a floresta era o lugar dos fora da lei, dos que vivem sem governo, a sombra da civilização. Por outro, era o lugar dos reis que governam sem o povo, soberanos absolutos dum espaço para além do tempo das cidades e que tem de ser governado como se fosse para a eternidade. A maioria das histórias sobre as florestas resultam das lutas para governar o que está fora pelos que estão dentro. Mas as histórias que nos ficam mais na memória são dos que vivem dentro da floresta, pois perturbam o nosso conceito de cidadania.

Os acreanos, povo do Acre Brasileiro, criaram o conceito de florestania – cidadania florestal. Fizeram-no, porque com um estado 98% ocupado por florestas e .... habitantes principalmente concentrados em duas cidades, existem ..... pessoas que vivem na floresta e não fora dela. Ser "florestão" em vez de cidadão implica reconhecer que grande parte das necessidades coletivas e individuais são diretamente providas pelo ecossistema florestal do qual fazem parte. Implica também, como demonstraram Chico Mendes e tantos outros e outras, ter de lutar contra as tentativas de apropriação da floresta pelos que estão fora e que querem sustentar nela uma indústria extractivista que erradica toda a vida do lugar.

O que pode significar a cidadania florestal em Portugal? Tomemos como ponto de partida o governo das florestas que estão dentro das cidades. É o conceito das florestas municipais, governadas pelo poder local. São lugares públicos destinados principalmente ao lazer dos seus cidadãos, que provêm um espaço verde para as crianças poderem andar descalças, recolher espécies silvestres como dentes de leão e outras flores, fazerem piqueniques, meditar ou caminhar. Os cidadãos podem ter participação ativa na governação das florestas municipais, tanto na elaboração do plano da sua gestão, por exemplo aliando o conhecimento naturalista amador ao conhecimento de peritos, como na elaboração do orçamento necessário à sua execução. O poder da cidadania em relação às florestas municipais depende da relação de forças com os governantes eleitos e com os peritos. O espaço para a democra-





cia florestal é confinado por aquilo que Michel Callon chamou a dupla delegação – delegar a tomada de decisões para os governantes eleitos, e a produção de conhecimento nos peritos. No entanto, enquanto o espaço para a democracia se mantém aberto, a cidadania é uma força que pode complementar ou corrigir os desvios de poder em prol do bem comum.

Saindo da cidade para o campo, a floresta ganha uma dimensão mais produtiva e menos de lazer. O governo da floresta pelos que lá vivem era tipicamente feito em comum e integrava um conjunto de práticas socio-ecológicas que permitia a um coletivo humano viver no lugar. Esse coletivo humano era designado por povo, e as formas tradicionais de governar os comuns ultrapassam os limites do que chamamos democracia. A qualificação para participar no governo dos comuns emergia de relações complexas internas ao lugar e à comunidade de pertença, que tanto podia assegurar as condições básicas de existência como limitar o florescimento dos seus membros de forma diferenciada, excluindo todos os demais do uso dos recursos.

Os três exemplos mencionados – florestania acreana, florestas municipais e florestas comuns podem conferir casos de silvicultura de base comunitária – um termo que pretende congrega experiências heterogêneas de governo das florestas onde a participação dos locais é mais ou menos central. Basicamente, as florestas comunitárias seriam florestadas governadas pelos de dentro. Para compreendermos as implicações destas formas de governo, temos de entender a diferença entre estar dentro e estar fora.

Elinor Ostrom definiu como condição essencial para a governação sustentável dos comuns a existência duma comunidade de utilizadores claramente delimitada, com poderes de excluir não-membros da utilização do recurso. A capacidade de um coletivo humano excluir outros da utilização do recurso é o que marca a passagem dum regime de acesso aberto para um regime comunitário. De acordo com a teoria económica da Tragédia dos Comuns, os regimes de acesso aberto estariam condenados ao fracasso e à sobreexploração dos recursos. No espectro de possíveis soluções para este dilema encontra-se a governação dos recursos em comum, a privatização ou a regulação através do estado. De acordo com a teoria económica, a privatização oferece a maior possibilidade de internalizar as consequências da sobreexploração, responsabilizando de forma direta o proprietário pelos seus abusos. A governação em comum é um espaço de possibilidade marcado pela capacidade de um coletivo humano estabelecer e fazer cumprir regras para evitar o abuso dos recursos comuns, e a governação pelo estado resultaria da delegação dos poderes dos cidadãos numa entidade externa, capaz de imparcialidade, para estabelecer e fazer cumprir as normas sociais de forma igualitária.



# ADESCO acolheu Oficina Inforural em Amarante







No final a dúvida era saber quem iria juntar num único texto todas as ideias e propostas adiantadas ao longo da tarde. A sessão foi de facto muito rica em diversidade temática e em referências operacionais para projectos e iniciativas futuras. Maria de Lurdes Cravo da Associação Zero e Carlos Franco da CNJ – Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural animaram a sessão introduzindo, cada um à sua maneira, o tema central do encontro: o Solo e a sua sustentabilidade. Os pequenos produtores presentes nas instalações da associação de desenvolvimento amarantina ADESCO tiveram oportunidade de questionar os palestrantes e concretizar algumas abordagens que realizam nos temas da produtividade, mas também das relações com os clientes, tendo em vista uma estratégia de desenvolvimento dos negócios baseada na sustentabilidade.

Também algumas colaboradoras da ADESCO interessadas em desenvolver iniciativas no quadro das relações urbano-rurais tiveram uma participação activa e aprofundaram algumas áreas específicas como as hortas urbanas, as iniciativas de base rural nas escolas da cidade, as cantinas e o tipo de alimentação que é assegurada.

No final o tema mais estruturante da sessão, o solo, deu lugar a uma actividade de grupo da qual foi possível retirar várias propostas para as relações urbano-rurais no concelho e fora dele.

# A sociedade civil em ação!



O controlo das plantas invasoras é uma das áreas de actuação dos Guardiões da Serra da Estrela com mais impacto e dinâmica junto dos grupos de voluntários atendendo, em primeiro lugar, à gravidade da situação e à necessidade imperiosa de conter estas espécies que estão a transformar a paisagem na Serra da Estrela. "Do alto dos aviões e dos helicópteros já se identificam autênticas manchas amarelas na zona florestal. Se não fizermos nada vai ser uma catástrofe" adiantou-nos uma das dinamizadoras destes combativos guardiões que não deitam a toalha ao chão e prosseguem o seu objectivo de numa primeira fase controlarem o movimento de expansão desta plantas invasoras.



Às acções de auto-organização, de informação e de intervenção no terreno juntaram-se outras iniciativas com um sentido mais estratégico e global. A necessidade de reformar a floresta e cuidar do seu futuro juntou académicos, especialistas e agentes de mudança com papel determinante nos temas florestais, neste caso em Arouca por iniciativa de organizações locais e do próprio município.



A sustentabilidade do solo emerge como um tema de reflexão e de definição de orientações que visam uma maior eficácia na sua gestão, mas é também matéria de encontros e de reuniões públicas cuja finalidade é a promoção do desenvolvimento sustentável. Foi o caso de Amarante e da sessão Inforural que contou com a presença de Maria de Lurdes Cravo da Associação Zero e de Carlos Franco, Vice-Presidente da CNJ – Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural.



"Um verão mais descansado" eis a expectativa formulada por João Agudo do Gabinete Florestal do Bombeiros Municipais do Sardoal que resulta do impacto das sessões de esclarecimento que foram levadas a efeito em Fevereiro nas 4 freguesias do Sardoal. Sessões consideradas muito úteis já que reforçaram o trabalho da GNR no terreno que fez uma primeira abordagem aos temas mais propícios a dúvidas das populações locais. As sessões permitiram que aquelas tivessem sido desfeitas através de esclarecimentos sucessivos e, de alguma forma, também evitaram que os Gabinetes Florestais e da Protecção Civil fossem invadidos pelos residentes à procura de informações em bases mais individuais.





# OFICINAS INFORURAL

Informação, participação, partilha, co-criação,  
cooperação na ação, comunidades de prática

Vila Real | Beja | Évora  
Portalegre | Bragança | Covilhã  
Abrantes | Viana | Braga | Coimbra | Viseu  
Idanha-a-Nova | Macedo de Cavaleiros | Távira  
Moura | Chaves | Amarante | Aguiar da Beira

[www.inforural.pt](http://www.inforural.pt)



**CNJ** - Confederação Nacional dos Jovens  
Agricultores e do Desenvolvimento Rural  
Onde não falta vontade, existe sempre um caminho, um futuro.

## **APOIO EM TODOS OS MOMENTOS**

